

Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem 2024

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa aumentou 6,3%, fixando-se em 1 406,81€

Em 2024, no âmbito do apuramento estatístico dos Quadros de Pessoal, foram apurados 60,5 mil trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo e com remuneração completa, nos estabelecimentos localizados na Região Autónoma da Madeira (RAM), correspondendo a um acréscimo de 4,6% face ao ano anterior (mais 2,7 mil trabalhadores). A RAM seguiu, de forma mais acentuada, a tendência nacional de crescimento do número de trabalhadores, cuja variação foi de 1,7%.

O ganho médio mensal dos TCO na RAM, apurado para 2024, situou-se nos 1 406,81€, valor superior ao do ano anterior, que se fixou em 1 323,96€, o que corresponde a um aumento de 6,3%. A nível nacional, o ganho médio mensal dos TCO atingiu 1 576,03€, representando um aumento de 7,9% face a 2023.

Em termos de ganho médio, por regiões NUTS II, a RAM situava-se acima das regiões do Algarve (1 320,22€) e do Oeste e Vale do Tejo (1 346,57€) e abaixo do Alentejo (1 409,53€), do Centro (1 410,88€), da Região Autónoma dos Açores (1 431,89€), do Norte (1 474,68€), da Península de Setúbal (1 545,45€) e da região da Grande Lisboa, que foi a que apresentou o ganho médio mensal mais elevado (1 935,68€), sendo a única acima da média nacional.

Na Região, o município do Funchal era o que apresentava o ganho médio mensal mais elevado (1 464,72€), seguido do Porto Santo (1 418,25€), os únicos que estavam acima da média regional (1 406,81€). Ao invés, o Porto Moniz (1 056,70€), São Vicente (1 103,95€), Santana (1 137,83€), Ponta do Sol (1 146,20€), Ribeira Brava (1 202,80€), Câmara de Lobos (1 233,56€), Machico (1 341,95€), Santa Cruz (1 343,04 €) e Calheta (1 383,19€) estavam abaixo da média regional.

Em 2024, a distribuição do ganho mensal dos TCO na RAM revelou uma menor assimetria comparativamente à média nacional. Na RAM, a mediana do ganho mensal situou-se em 1 112,71€, sendo o rácio entre o 3.º e 1.º quartis igual a 1,48. A nível nacional, a mediana foi de 1 186,55€ e o rácio 3.ºQ/1.ºQ foi igual a 1,71.

Ao nível das regiões NUTS II, a Grande Lisboa foi a que apresentou o maior valor mediano do ganho mensal, atingindo 1 410,28€, seguida pelo Centro com 1 159,50€, pela Península de Setúbal com 1 159,48€, pelo Norte com 1 142,10€, pelo Alentejo com 1 129,15€, pela região do Oeste e Vale do Tejo com 1 115,00€ e pela RAM com 1 112,71€. A Região Autónoma dos Açores (RAA) e o Algarve foram as regiões que apresentaram os valores medianos mais baixos, atingindo 1 106,35€ e 1 100,00€, respetivamente.

A região da Grande Lisboa destaca-se como sendo a região com maior assimetria na distribuição do ganho mensal, tendo apresentado para o rácio 3.ºQ/1.ºQ o valor de 2,12, enquanto o Algarve e a RAM foram as regiões que apresentaram os rácios mais baixos, respetivamente, 1,46 e 1,48.

Na Região, a distribuição do ganho mensal dos TCO apresentou uma maior assimetria nos TCO do sexo masculino. A diferença no valor mediano do ganho mensal entre os dois sexos foi também notória: 1 081,60€ para o feminino e 1 141,40 € para o masculino. A disparidade no ganho médio mensal entre sexos tem vindo a diminuir na RAM, tendo-se fixado em 4,9%, em 2024, abaixo dos 7,7% no País.

Em 2024, na Região, o valor mediano do ganho mensal dos TCO foi superior entre os trabalhadores com idades entre os 35 e os 54 anos, situando-se em 1 150,06 €. Os trabalhadores até 34 anos apresentaram o valor mediano mais baixo, fixando-se em 1 061,20€, enquanto os do grupo dos 55 ou mais anos registaram um valor mediano igual a 1 125,73€.

O ganho mediano mensal dos TCO que trabalhavam, em 2024, na Região, com nacionalidade não pertencente à União Europeia (Extra UE-27), foi inferior em 93,32€ ao dos TCO com nacionalidade portuguesa, atingindo 1 032,27€ e 1 125,59€, respetivamente.

O ganho mediano mensal dos TCO na Região acompanhou o aumento do nível de habilitações literárias, passando de 991,72€ nos ganhos dos TCO sem qualquer nível de escolaridade para 1 671,13€ nos ganhos dos TCO com nível de escolaridade no ensino superior. Em 2024, a disparidade no ganho médio mensal entre os níveis de habilitações dos TCO na RAM, situou-se em 26,1%, inferior aos 30,8% registados no País.

Na RAM, em 2024, o valor mediano mensal do ganho dos TCO com contrato sem termo (1 176,87€) foi superior ao valor mediano do ganho dos TCO com contrato com termo (1 033,00€).

Em 2024, na Região, o setor “Serviços” era o que apresentava o valor mais elevado no ganho médio mensal dos TCO (1 411,46€), 0,3% acima da média regional. Os setores da “Indústria, construção, energia e água” (1 397,49€) e da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (1 150,58€) observavam valores abaixo da média da Região. A disparidade no ganho médio mensal entre setores de atividade na RAM fixou-se em 1,6%, abaixo dos 5,1% observados no País.

O escalão das empresas com 500 e mais pessoas era aquele que registava o ganho médio mensal mais elevado, 1 718,10€, estando 22,1% acima da média regional, e o escalão das empresas com 1 a 9 trabalhadores era o que apresentava ganhos médios mensais inferiores (1 164,22€), embora tenha registado um acréscimo de 7,7% face a 2023. A disparidade do ganho médio mensal entre escalões de pessoal das empresas na RAM situou-se em 14,4%, inferior aos 16,4% no País.

Quanto ao ganho médio por profissão, o maior incremento verificou-se nos “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”, grupo que registou um aumento de 8,8% (+107,79€) face a 2023, seguido dos “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”, com um crescimento de 8,5% (+84,15€). Em 2024, o ganho médio das referidas profissões situou-se em 1 336,85€ e 1 071,74€, respetivamente. A disparidade do ganho médio mensal entre profissões na RAM tem vindo a diminuir nos últimos anos, passando de 39,4% em 2014 para 31,7% em 2024, apesar de, no último ano, ter ocorrido um aumento de 0,1 pontos percentuais (p.p.), em comparação a 2023. A nível nacional, em 2024, este indicador era de 36,5%, refletindo um aumento de 0,2 p.p. face ao ano anterior.

A proporção de população empregada por conta de outrem na Região que mudou de empresa em 2024, em relação ao emprego total, foi de 12,4%, um aumento de 0,7 p.p. face ao ano anterior. A nível nacional, 13,0% dos TCO em análise mudaram de empresa, representando um acréscimo de 0,1 p.p. em comparação a 2023.

A taxa de atração líquida, em 2024, foi positiva em todos os municípios da RAM, exceto no Porto Moniz, São Vicente e Porto Santo, que registaram taxas de -0,8%, -2,3% e -2,6%, respetivamente. O município de Machico apresentou a taxa mais alta, de 2,5%. A média da RAM foi de 0,6%, registando um decréscimo de 0,8 p.p. face a 2023.

1. Informação relativa aos Quadros de Pessoal

A informação relativa aos Quadros de Pessoal integra o Anexo A do Relatório Único e fornece informações específicas sobre os trabalhadores das empresas. O Relatório Único é da responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), sendo que na Região Autónoma da Madeira (RAM) a execução desta operação estatística tem a colaboração da Direção Regional do Trabalho (DRT).

Nesta análise, caracteriza-se para 2024, o ganho mensal (valores ilíquidos) dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo com remuneração completa, por local de trabalho, sexo, grupo etário, nacionalidade, habilitações literárias, duração do contrato, profissão e setor de atividade económica.

Os dados dizem respeito a TCO a tempo completo com remuneração completa e a desagregação geográfica apresentada é referente ao local de trabalho dos trabalhadores, isto é, a referenciação da informação tem por base o estabelecimento de trabalho.

Para as variáveis referidas, recorre-se à análise do número de trabalhadores, do ganho mensal médio e por quartis. É ainda analisada a dispersão do ganho mensal e a disparidade entre categorias de algumas das variáveis.

Recorde-se que a mediana do ganho mensal é o valor central que separa em duas partes iguais o ganho mensal dos TCO quando organizados por ordem crescente ou decrescente, corresponde ao 2.º quartil e permite uma análise mais precisa e estável do que a média, pois não é influenciada pelos valores extremos, já que a distribuição dos ganhos é muito assimétrica. Utiliza-se ainda a informação do 1.º e 3.º quartis (ganho mensal abaixo do qual se encontra 25% e 75%, respetivamente, dos ganhos dos trabalhadores quando organizados em ordem crescente). Na análise da dispersão da distribuição do ganho mensal recorre-se também à amplitude interquartil (diferença entre os ganhos do 3.º e 1.º quartis), bem como ao rácio $3.^{\circ}Q/1.^{\circ}Q$ (indicador que traduz o número de vezes que o ganho mensal dos TCO situado no 3.º quartil é superior ao ganho mensal dos TCO do 1.º quartil) e à disparidade, que corresponde ao coeficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego das diferentes categorias da variável em análise no total do emprego por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.

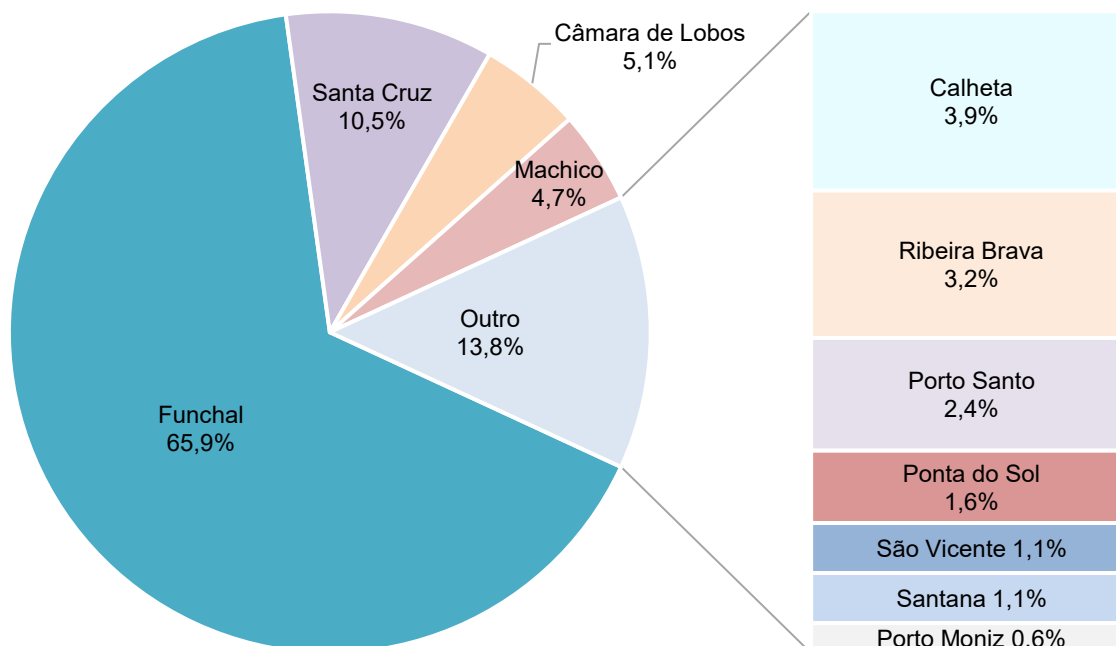
2. Ganho mensal dos TCO

Valor mediano mensal do ganho dos TCO na RAM igual a 1 112,71€

No âmbito do apuramento estatístico dos TCO a tempo completo e com remuneração completa, em 2024, foram apurados 60,5 mil trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos localizados na RAM,

correspondendo a um acréscimo de 4,6% (mais 2 658 trabalhadores), face ao ano anterior. A RAM seguiu assim a tendência nacional de crescimento, que se fixou em 1,7%. Em 2024, os municípios do Funchal (65,9%), Santa Cruz (10,5%), Câmara de Lobos (5,1%) e Machico (4,7%) eram os que concentravam maior número de TCO nos estabelecimentos. No polo oposto, e mantendo a tendência dos anos anteriores, encontravam-se os municípios da costa Norte da ilha da Madeira, mais concretamente o Porto Moniz (0,6%), Santana e São Vicente (1,1% ambos).

Figura 1 - Distribuição dos TCO, por município do local de trabalho, RAM, 2024



Face a 2023, e em termos relativos, os municípios que apresentaram os maiores aumentos no número de TCO foram Machico (11,5%), Ribeira Brava e Santana (11,1% ambos), Ponta do Sol (6,2%), Porto Moniz (6,0%) e Porto Santo (4,8%), todos acima da média regional que foi de 4,6%.

O ganho médio mensal dos TCO apurado, em 2024, situou-se nos 1 406,81€, valor superior ao do ano anterior (1 323,96€), o que corresponde a um aumento de 6,3%. A nível nacional, o ganho médio mensal dos TCO atingiu 1 576,03€, representando um aumento de 7,9%, face a 2023. Em termos de ganho médio, por regiões NUTS II, a RAM situava-se acima das regiões do Algarve (1 320,22€) e do Oeste e Vale do Tejo (1 346,57€) e abaixo do Alentejo (1 409,53€), do Centro (1 410,88€), da Região Autónoma dos Açores (1 431,89€), do Norte (1 474,68€), da Península de Setúbal (1 545,45€) e da região da Grande Lisboa, que foi a que apresentou o ganho médio mensal mais elevado (1 935,68€), sendo a única acima da média nacional.

Analisando por município, constata-se que o município do Funchal era o que apresentava o ganho médio mensal mais elevado (1 464,72€), seguido do Porto Santo (1 418,25€), os únicos que estavam acima da média regional (1 406,81€). Ao invés, Porto Moniz (1 056,70€), São Vicente (1 103,95€), Santana (1 137,83€),

Ponta do Sol (1 146,20€), Ribeira Brava (1 202,80€), Câmara de Lobos (1 233,56€), Machico (1 341,95€), Santa Cruz (1 343,04 €) e Calheta (1 383,19€) estavam abaixo da média.

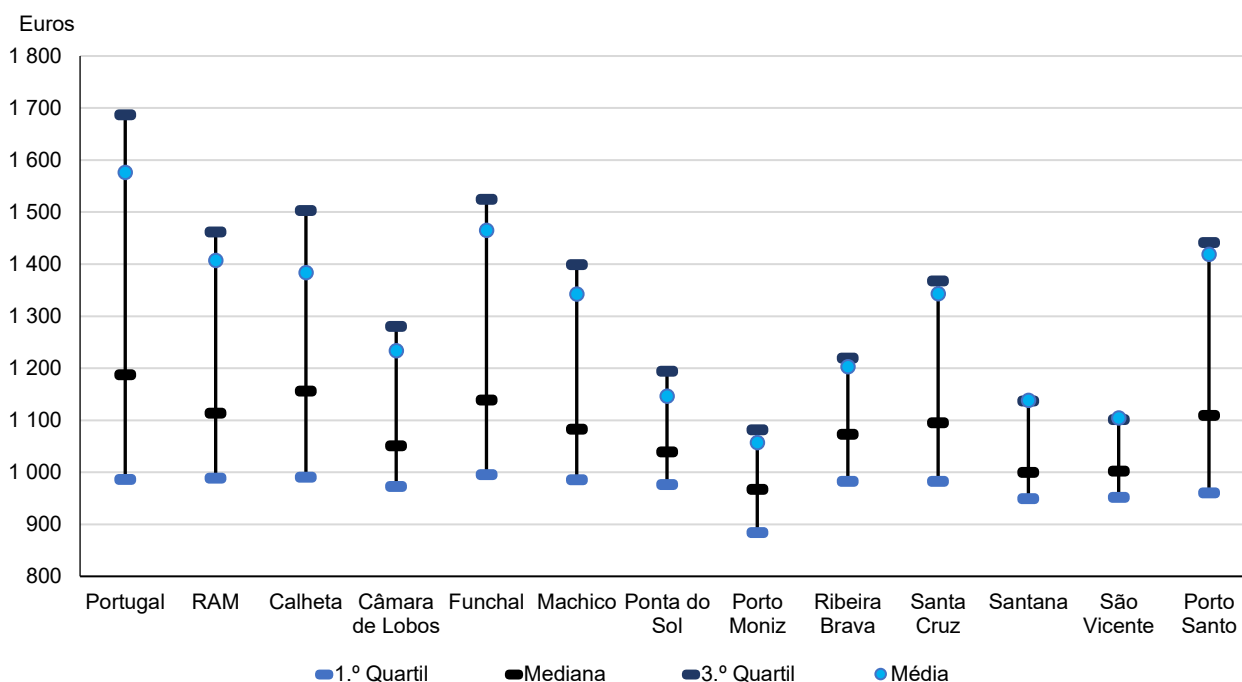
Em 2024, a distribuição do ganho mensal dos TCO da RAM revelou uma menor assimetria comparativamente à média nacional. Na RAM, a mediana do ganho mensal situou-se em 1 112,71€, sendo o rácio entre o 3.º e 1.º quartil igual a 1,48. Este valor mostra que cerca de 25% dos TCO com maiores ganhos, recebiam 1,48 vezes mais do que os 25% dos TCO com os ganhos mais baixos. A nível nacional, a mediana foi de 1 186,55€ e o rácio 3.ºQ/1.ºQ atingiu 1,71.

Ao nível das regiões NUTS II, a Grande Lisboa foi a região que apresentou o maior valor mediano do ganho mensal, atingindo 1 410,28€, seguida pelo Centro com 1 159,50€, pela Península de Setúbal com 1 159,48€, pelo Norte com 1 142,10€, pelo Alentejo com 1 129,15€, pela região do Oeste e Vale do Tejo com 1 115,00€ e pela RAM com 1 112,71€. A Região Autónoma dos Açores (RAA) e o Algarve foram as regiões que apresentaram os valores medianos mais baixos, atingindo 1 106,35€ e 1 100,00€, respetivamente.

Analisando a distribuição do ganho mensal dos TCO por região através do rácio 3.ºQ/1.ºQ, a Grande Lisboa destaca-se como sendo a região com maior assimetria, tendo apresentado o valor de 2,12. A RAM, a RAA e o Algarve foram as regiões que apresentaram os rácios mais baixos, respetivamente, 1,48, 1,49 e 1,46.

Ao nível municipal, apenas os municípios da Calheta e do Funchal evidenciaram um valor mediano do ganho mensal acima do observado para a Região (1 112,71€), registando respetivamente 1 155,56€ e 1 138,35€. Seguiram-se Porto Santo com 1 108,78€, Santa Cruz com 1 094,51€ e Machico com 1 082,37€. Os únicos municípios com valor mediano inferior a mil euros foram Santana, com 999,08€, e Porto Moniz, com 966,79€.

Figura 2 - Ganho mensal dos TCO, Portugal, RAM e municípios, 2024



Analisando a distribuição do ganho mensal dos TCO por municípios através do rácio 3.º Q/1.º Q, constata-se uma maior assimetria no município do Funchal (1,53), seguido da Calheta (1,52) e do Porto Santo (1,50). O município de São Vicente era o que apresentava menor assimetria na distribuição (1,16). É notória, em todos os municípios, a proximidade do ganho médio mensal e o 3.º quartil da distribuição, reflexo da assimetria positiva. O ganho médio mensal dos TCO nos municípios de Santana e de São Vicente apresentavam-se acima do valor do 3.º quartil, o que significa que pelo menos 75% dos TCO daqueles municípios ganhavam menos do que a respetiva média. O município da Calheta foi o que apresentou a maior diferença entre o ganho médio mensal (1 383,19€) e o valor do 3.º quartil da distribuição (1 502,42€). Em contraste, o município da Ribeira Brava evidenciou a maior proximidade entre estes dois valores, sendo 1 202,80€ o ganho médio mensal e 1 218,84€ o valor do 3.º quartil.

3. Ganho mensal dos TCO por sexo

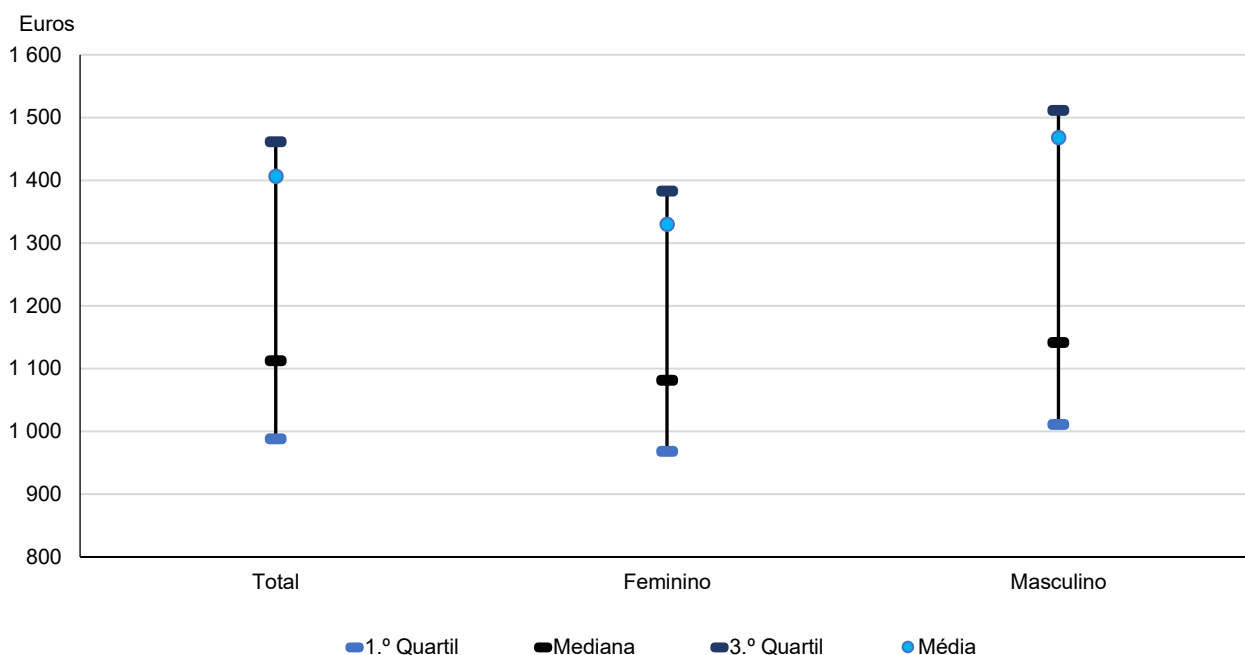
Maior dispersão do ganho mensal dos TCO do sexo masculino

A análise dos TCO tendo em conta o sexo, para o ano de 2024, mostra que as pessoas ao serviço nos estabelecimentos empresariais a operar na RAM eram maioritariamente do sexo masculino (55,6% do total). Em média, os homens ganhavam 1 468,13€, o que representa um ganho superior em 10,4% (+138,23€) em comparação com as mulheres, cujo ganho médio mensal era de 1 329,90€. Esta diferença mantém-se desde o início da série. Contudo, enquanto em 1995 as mulheres recebiam apenas 77,6% do ganho médio mensal dos homens, em 2024 esse rácio aumentou para 90,6%.

A distribuição do ganho mensal dos TCO apresentava uma maior assimetria nos TCO do sexo masculino. A amplitude interquartil dos ganhos dos homens era de 500,47€ enquanto nas mulheres era de 414,63€, refletindo a maior dispersão nos ganhos mensais dos homens. A diferença no valor mediano do ganho mensal entre os dois sexos (59,80€) é também notória: 1 081,60€ para o sexo feminino e 1 141,40€ para o sexo masculino.

A disparidade no ganho médio mensal entre sexos tem vindo a diminuir, tendo-se fixado em 4,9%, em 2024. Assistiu-se a uma redução de 7,1 pontos percentuais (p.p.) comparativamente a 2012, ano em que este indicador atingiu o valor máximo de 12,0%. No País, este indicador era, em 2024, de 7,7%.

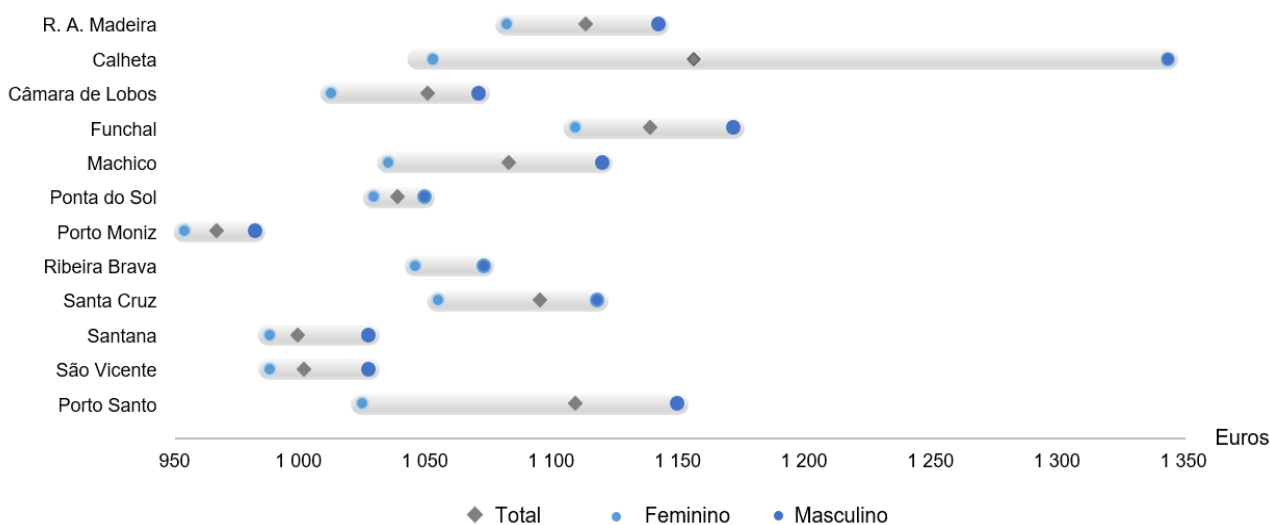
Figura 3 - Ganho mensal dos TCO, por sexo, RAM, 2024



A análise do ganho mensal dos TCO por município, destaca os trabalhadores do sexo masculino que trabalhavam no Porto Santo, por serem os que apresentavam na distribuição, simultaneamente, o valor do 3.º quartil mais elevado (1 645,72€) e o rácio 3.ºQ/1.ºQ mais elevado (1,65).

À semelhança da Região, em todos os municípios o valor mediano do ganho mensal dos homens foi sempre superior ao das mulheres, sendo os municípios da Calheta, Porto Santo e Machico os que apresentaram as maiores diferenças: 290,86€, 124,49€ e 84,51€, respetivamente.

Figura 4 – Valor mediano do ganho mensal dos TCO, por sexo, RAM e municípios, 2024

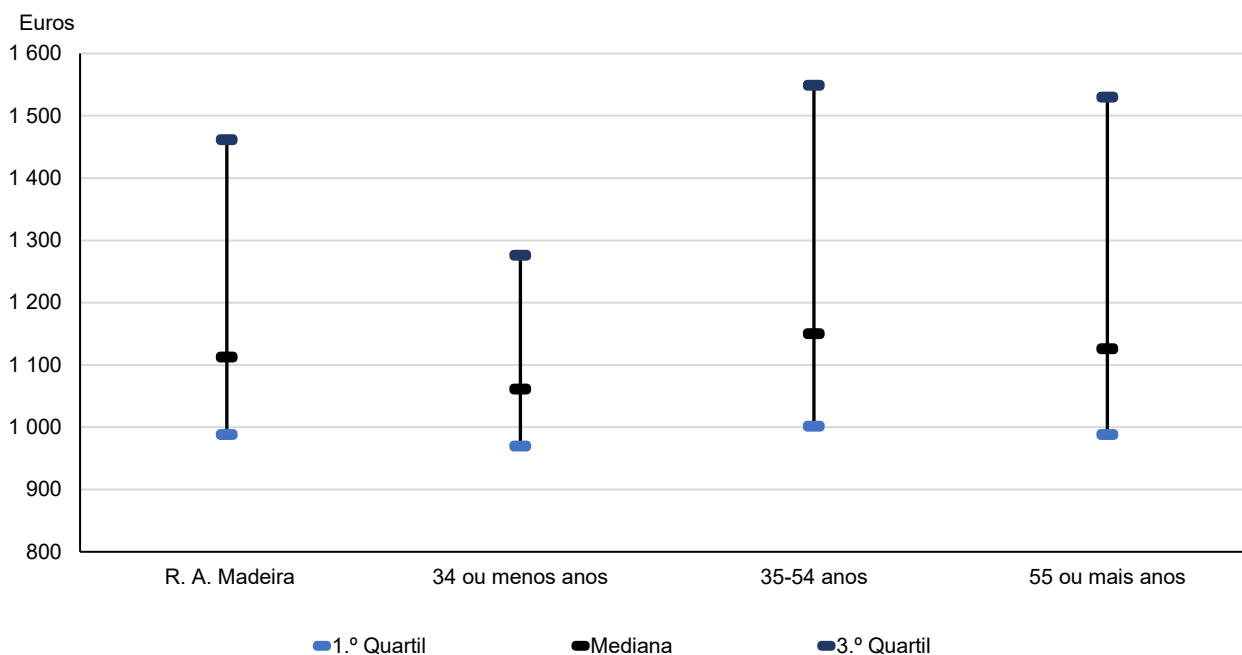


4. Ganho mensal dos TCO por grupo etário

Valor mediano mensal do ganho dos TCO superior nos trabalhadores entre 35 e 54 anos de idade

Em 2024, o valor mediano do ganho mensal dos TCO era superior entre os trabalhadores com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos, situando-se em 1 150,06€. Os trabalhadores até 34 anos apresentavam o valor mediano mais baixo, fixando-se em 1 061,20€, e os do grupo dos 55 ou mais anos registavam o valor mediano igual a 1 125,73€. A dispersão dos ganhos mensais era inferior no grupo dos 34 ou menos anos, apresentando um rácio 3.ºQ/1.ºQ de 1,32. Nos dois restantes grupos etários, este rácio foi de 1,55.

Figura 5 - Ganho mensal dos TCO, por grupo etário, RAM, 2024



A menor dispersão dos ganhos mensais dos TCO verificou-se no município de São Vicente, no grupo etário de até 34 anos, onde o rácio 3.ºQ/1.ºQ foi o mais baixo e igual a 1,15. Em contraste, o grupo dos TCO com 55 e mais anos no Porto Santo, apresentava o valor mais alto, atingindo 1,88.

5. Ganho mensal dos TCO por nacionalidade

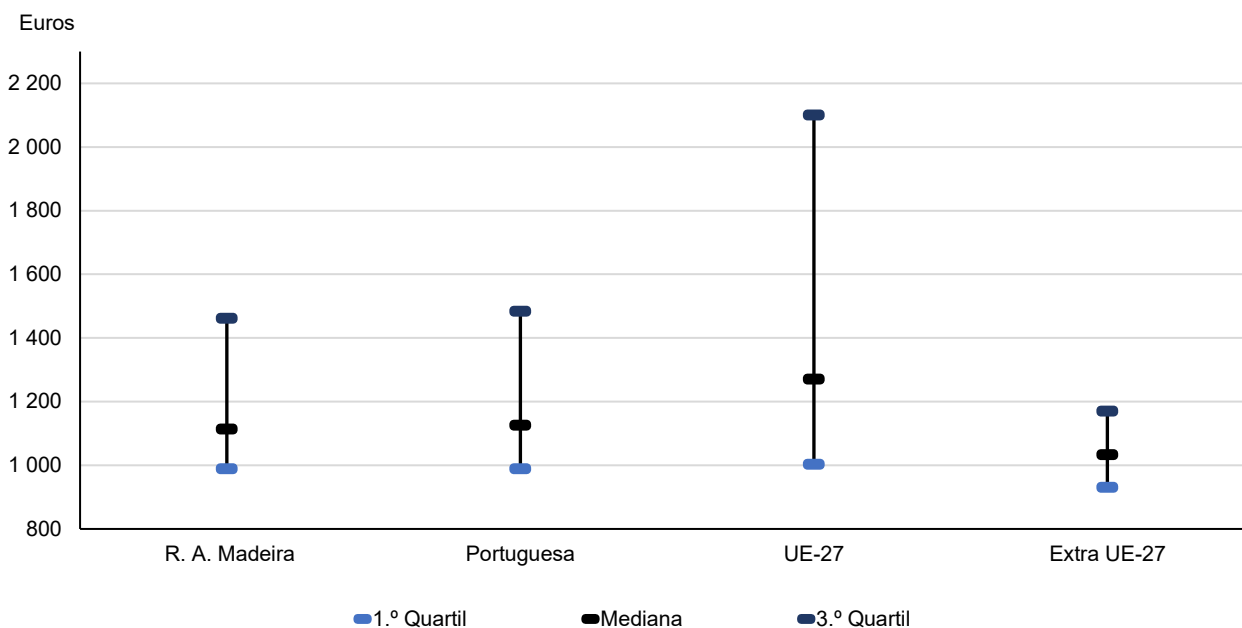
Valor mediano mensal do ganho dos TCO superior nos nacionais da UE

Dado o reduzido número de TCO de nacionalidade estrangeira a trabalhar na Região, para a maioria dos municípios não é possível apresentar os quartis da distribuição dos ganhos por município, restringindo-se a análise da nacionalidade ao conjunto dos TCO que trabalhavam na Região.

O ganho mediano mensal dos TCO que trabalhavam em 2024 na Região, com nacionalidade não pertencente à União Europeia (Extra UE-27), foi de 1 032,27€ e o dos TCO com nacionalidade portuguesa situou-se em 1 125,59€, uma diferença de 93,32€. O rácio 3.ºQ/1.ºQ para estes dois grupos foi de 1,26 e 1,50, respetivamente.

Porém, o valor mediano dos ganhos dos TCO de outros países da União Europeia (UE-27) revelou-se muito superior, alcançando os 1 270,50€. Os ganhos deste último grupo de trabalhadores apresentavam uma distribuição mais assimétrica, sendo o rácio 3.ºQ/1.ºQ mais elevado (2,09).

Figura 6 - Ganho mensal dos TCO, por nacionalidade, RAM, 2024



6. Ganho mensal dos TCO por habilitações literárias

Valor mediano mensal do ganho dos TCO aumenta com o nível de habilitações literárias

Quanto às habilitações literárias, em 2024, os grupos mais representativos continuaram a ser os que possuíam o “Ensino secundário” (38,7%) e o “3.º ciclo do ensino básico” (25,6%). Os trabalhadores com habilitações do ensino superior representavam 17,1%.

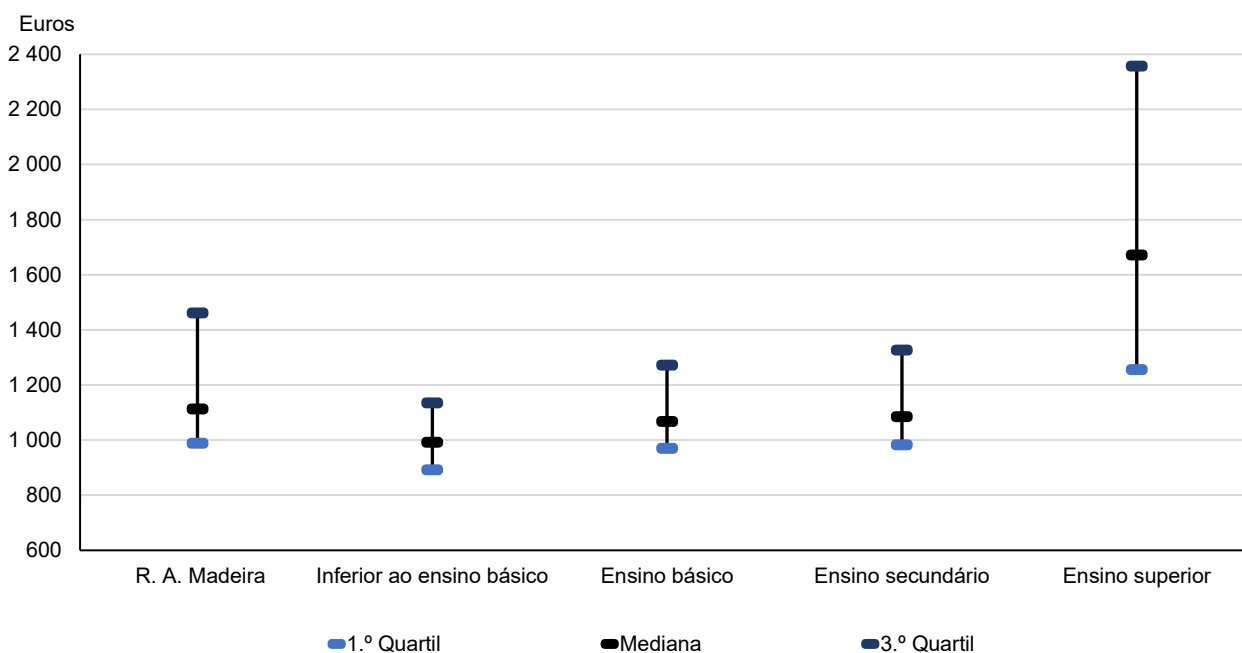
Comparando 2023 com 2024, o crescimento mais expressivo, de 62,3%, ocorreu nos trabalhadores com “Curso técnico superior profissional”. Seguiram-se os aumentos nos grupos “Inferior ao 1.º ciclo do ensino básico” (41,4%), “Mestrado” (15,4%) e “Bacharelato” (9,2%). O maior decréscimo deu-se no grupo “Doutoramento” (-4,3%). Note-se que a proporção dos TCO com ensino superior registou uma evolução positiva nos últimos anos, passando de 13,2% em 2014 para 17,1% em 2024.

O município do Funchal continuou a apresentar uma percentagem superior à média regional, com 20,3% da população empregada por conta de outrem a deter habilitações ao nível do ensino superior em 2024, apesar de registar uma diminuição de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior.

O município do Porto Moniz foi o que apresentou a menor proporção de população empregada com o ensino superior (6,9%), registando um decréscimo de 1,0 p.p. em comparação a 2023, superando o município do Porto Santo (7,5%).

O ganho mediano mensal dos TCO acompanhou o aumento do nível de habilitações literárias, passando de 991,72€ nos ganhos dos TCO sem qualquer nível de escolaridade para 1 671,13€ nos ganhos dos TCO com habilitações ao nível do ensino superior. Entre estes últimos, metade recebiam pelo menos 1 671,13 € e 25% ganhavam 2 356,64€ ou mais. Neste grupo, na RAM, é visível uma grande dispersão dos ganhos mensais. O rácio 3.ºQ/1.ºQ foi igual a 1,88, sendo o 1.º quartil superior a mil euros (1 255,03€). Já no grupo dos trabalhadores que não completaram qualquer nível de ensino, a dispersão era menor e 75% ganhavam até 1 133,93€ mensais.

Figura 7 - Ganho mensal dos TCO, por habilitações literárias, RAM, 2024

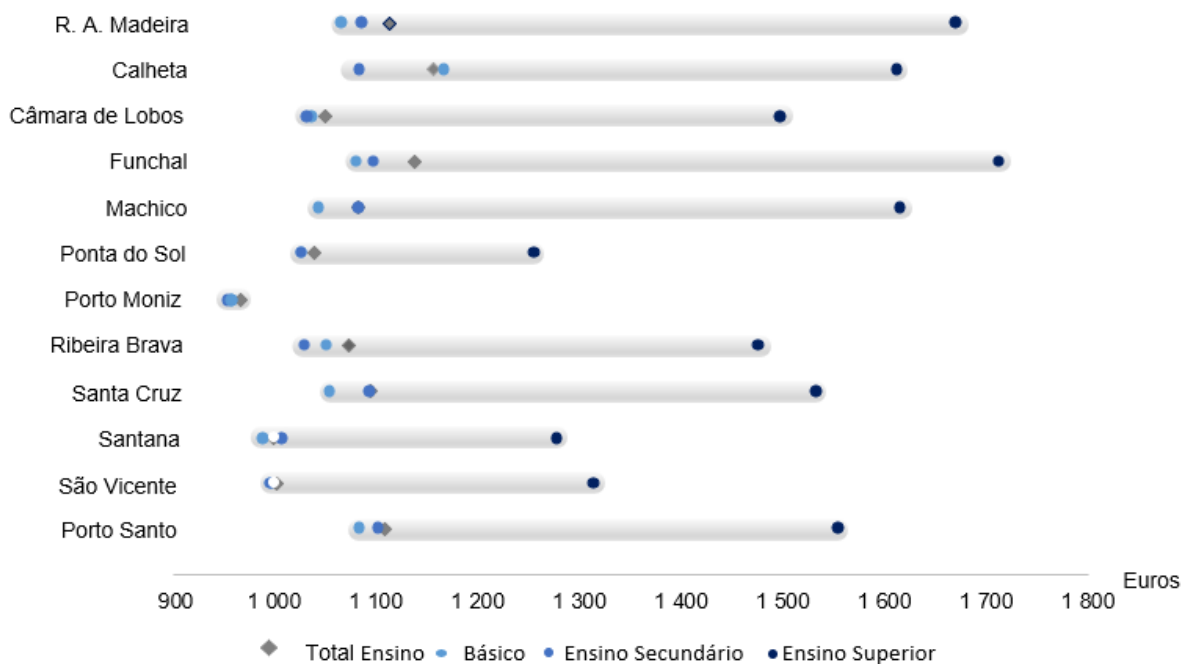


Destaque-se ainda, por município, a grande dispersão dos ganhos mensais dos TCO com o ensino superior. Para estes trabalhadores, o rácio 3.ºQ/1.ºQ variou entre 1,43 nos ganhos dos que trabalhavam na Ponta do Sol e 2,23 nos que trabalhavam no Porto Santo.

Os municípios da Calheta, Ponta do Sol e Porto Santo apresentaram, até ao percentil 75%, rendimentos no ensino secundário inferiores em relação ao ensino básico, registando-se diferenças negativas de 6,4%, 3,0% e 2,2%, respetivamente.

Em todos os municípios, o valor mediano do ganho mensal dos TCO com ensino superior foi superior ao dos TCO com qualquer outro nível de ensino. O município do Funchal destacou-se como o único a apresentar um valor mediano do ganho mensal destes trabalhadores acima da mediana regional do conjunto de TCO com ensino superior, situando-se em 1 712,94€.

Figura 8 – Valor mediano do ganho mensal dos TCO, por habilitações literárias, RAM e municípios, 2024



Em 2024, a disparidade no ganho médio mensal entre os níveis de habilitações, situou-se em 26,1%, apresentando reduções de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior e de 4,5 p.p. face a 2014, ano em que a disparidade nesta variável foi de 30,6%. No País, em 2024, este indicador era de 30,8%.

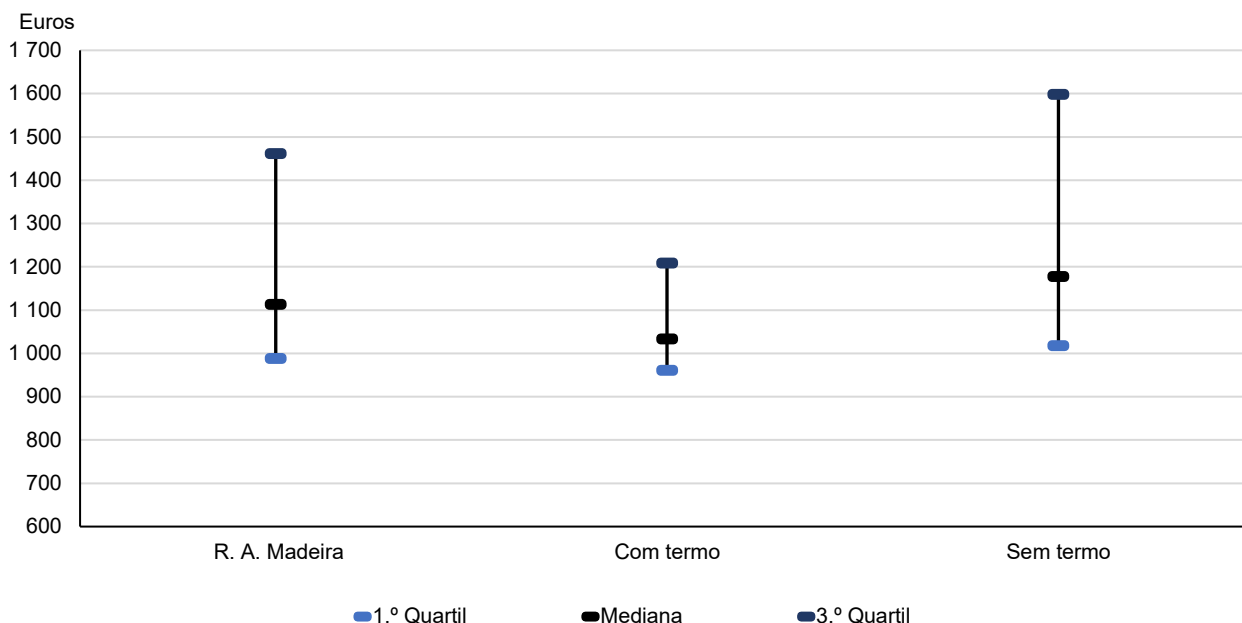
7. Ganho mensal dos TCO por duração do contrato

Valor mediano mensal do ganho dos TCO com contrato sem termo é superior

Para a análise das modalidades dos contratos de trabalho segundo a duração, consideraram-se os trabalhadores divididos em dois grupos: os que tinham uma predeterminação da duração do contrato (contrato de trabalho com termo) e os que tinham contrato de duração indeterminada (contrato sem termo).

Na RAM, em 2024, o valor mediano mensal do ganho dos TCO com contrato sem termo (1 176,87€) era superior ao valor mediano do ganho dos TCO com contrato com termo (1 033,00€). Esta situação repetiu-se em todos os municípios.

Figura 9 - Ganho mensal dos TCO, por duração do contrato de trabalho, RAM, 2024

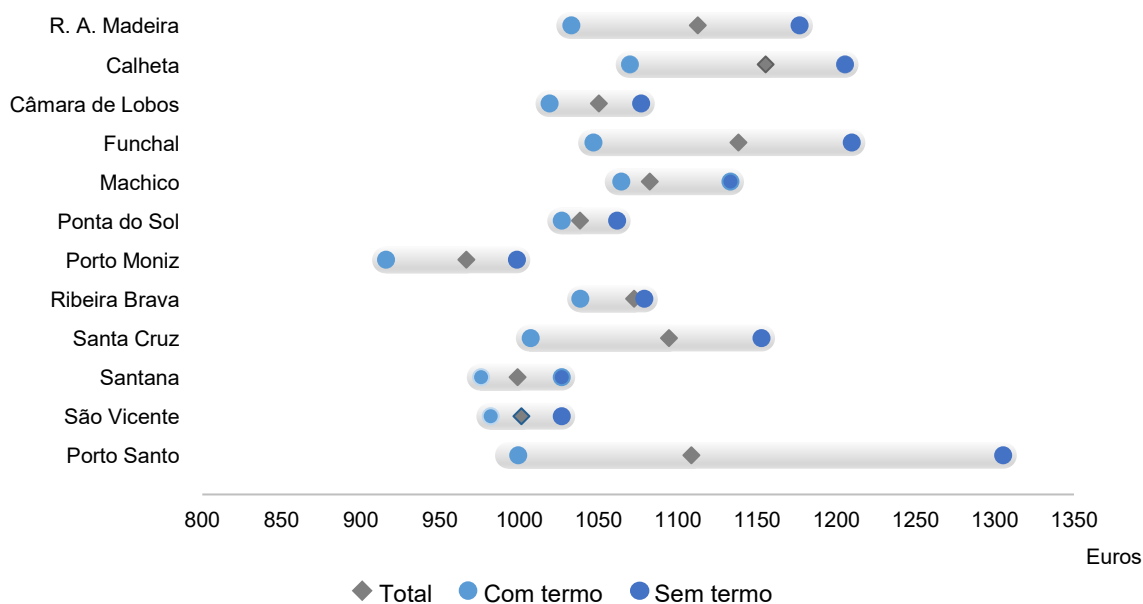


O município da Calheta destacou-se por ser o que registou o valor mediano mais elevado do ganho dos trabalhadores com contrato com termo (1 070,00€). Entre os ganhos dos TCO com contrato sem termo, encontravam-se abaixo dos mil euros apenas os ganhos medianos dos TCO do município do Porto Moniz (998,54€). Por outro lado, os municípios do Porto Santo (1 305,48€), Funchal (1 209,96€) e Calheta (1 205,62€) registam os valores medianos mais elevados.

O município do Porto Santo foi o que registou a maior diferença entre o ganho mediano mensal dos TCO com contrato sem termo (1 305,48€) e dos TCO com contrato com termo (999,34€), apresentando uma diferença remuneratória de 306,14€.

Tendo em conta o rácio 3.ºQ/1.ºQ, na Região verificou-se maior assimetria entre os ganhos mensais dos TCO com contrato sem termo (1,57) em comparação com os trabalhadores com contrato com termo (1,26). Esta situação também ocorreu a nível municipal, destacando-se o município do Porto Santo por apresentar a maior diferença entre estes rácios (0,47), com um rácio de 1,70 nos TCO com contrato sem termo e de 1,23 nos TCO com contrato a termo.

Figura 10 – Valor mediano do ganho mensal dos TCO, por duração do contrato de trabalho, RAM e municípios, 2024



8. Ganho mensal dos TCO por setor de atividade

TCO do setor “Serviços” com ganho médio mensal superior

Considerando a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por setor de atividade económica principal, observa-se que o setor “Serviços”, foi naturalmente o que assumiu maior expressão, ocupando 78,6% do total de TCO, em 2024, tendo apresentado um crescimento de 4,1% face ao número de trabalhadores neste setor no ano transato.

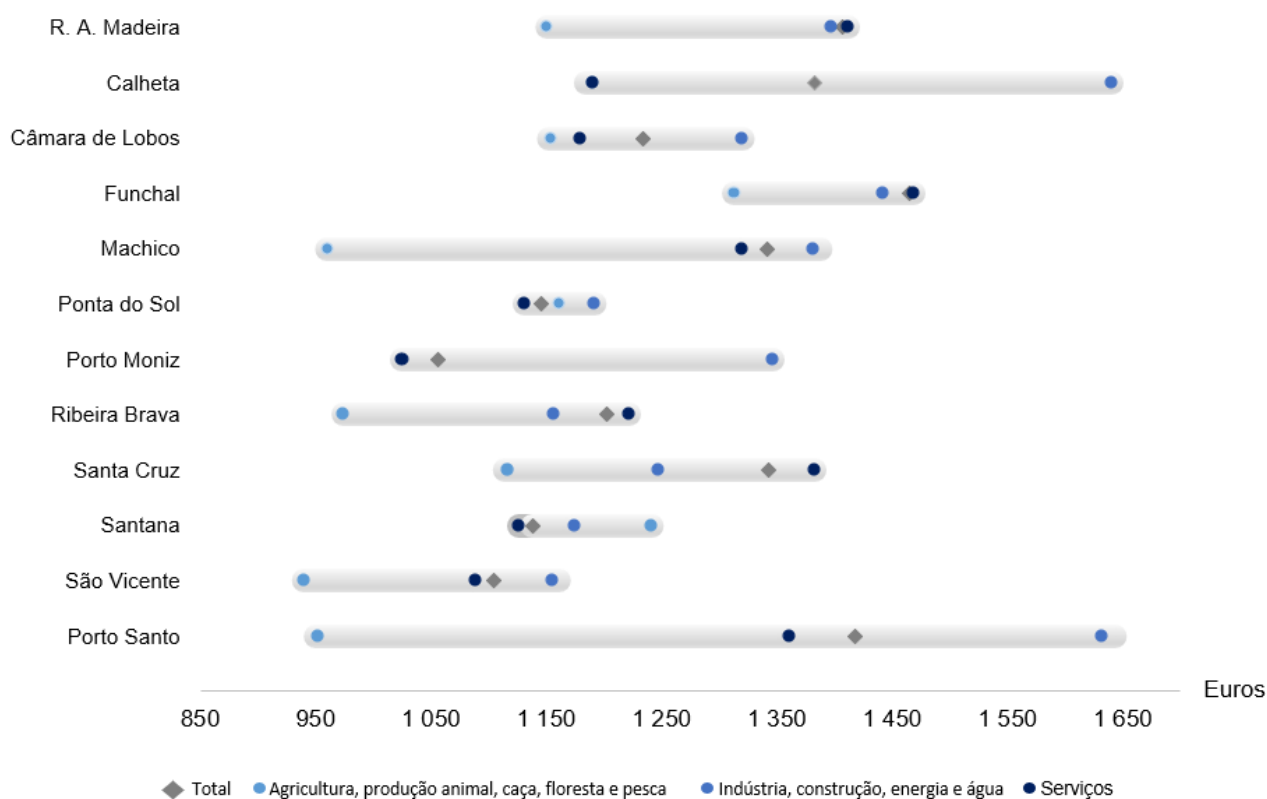
Comparativamente ao setor “Serviços”, o setor “Indústria, construção, energia e água” continua a revelar-se menos empregador (20,7% do total de trabalhadores), registando, porém, um crescimento de 6,9% em relação a 2023. Por sua vez, o “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, com apenas 0,7% dos TCO, observou uma diminuição anual de 5,1%. Comparativamente a 2023, o peso de cada um dos três setores manteve-se semelhante.

Em 2024, o setor “Serviços” era o que apresentava o ganho médio mensal dos TCO mais elevado (1 411,46€), 0,3% acima da média regional. O setor “Indústria, construção, energia e água” (1 397,49€) apresentava um ganho médio próximo da média regional e o setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (1 150,58€) apresentava um valor abaixo da referida média (-18,2%).

Por município, os ganhos médios mensais no setor “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” variaram entre 940,41€ em São Vicente e 1 312,69€ no Funchal, uma diferença de 372,28€. No setor “Indústria, construção, energia e água”, os ganhos médios mensais dos TCO variaram entre os 1 155,37€ em São Vicente e 1 640,90€ na Calheta, registando um diferencial de 485,53€. Já no setor “Serviços”, o ganho médio mensal variou entre 1 024,56€ no Porto Moniz e 1 469,12€ no Funchal, correspondendo uma diferença de 444,56€.

A disparidade no ganho médio mensal entre setores de atividade diminuiu 0,3 p.p. entre 2023 e 2024, fixando-se no último ano em 1,6%. Embora não de forma linear, a tendência tem sido de redução nos últimos dez anos, passando de 3,9% em 2014 para 1,6% em 2024 (-2,3 p.p.). No País, em 2024, este indicador era de 5,1%.

Figura 11 – Ganho médio mensal dos TCO, por setor de atividade, RAM e municípios, 2024



9. Ganho mensal dos TCO por escalão de pessoal da empresa

Ganho médio mensal superior nas empresas com 500 e mais trabalhadores

Na distribuição dos trabalhadores por escalão de pessoal da empresa, observou-se uma diminuição de 0,9% dos trabalhadores das empresas que tinham entre 1 e 9 trabalhadores. Nos restantes escalões, observou-se um aumento, sendo este mais expressivo, em termos relativos, nas empresas que tinham entre 250 e 499 trabalhadores (+17,8%) e nas empresas que tinham entre 20 e 49 trabalhadores (+10,1%).

Verificou-se que 18,2% dos TCO trabalhavam em empresas com menos de 10 trabalhadores e 30,8% trabalhavam em empresas com 250 ou mais trabalhadores. Estas proporções registaram uma diminuição de 1,0 p.p. nas empresas com menos de 10 trabalhadores e de 0,1 p.p. nas empresas com 250 ou mais trabalhadores, quando comparadas com 2023.

No caso da proporção da população empregada em estabelecimentos de empresas com menos de 10 trabalhadores, face a 2023, apenas o município da Ponta do Sol (+0,6 p.p.) contraria a tendência de diminuição. As maiores diminuições foram registadas no Porto Moniz (-4,9 p.p.) e no Porto Santo (-2,2 p.p.).

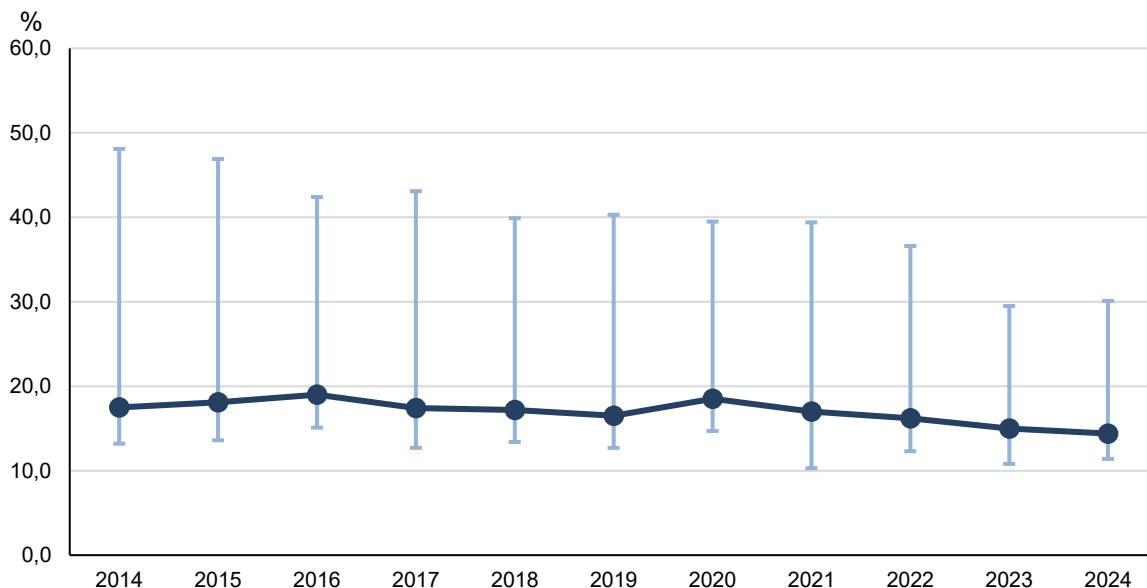
Relativamente à proporção da população empregada em estabelecimentos de empresas com 250 ou mais trabalhadores, o município da Ribeira Brava (+11,3 p.p.) foi o único que registou um aumento, face a 2023. Em oposição, os municípios da Ponta do Sol (-5,3 p.p.) e do Porto Santo (-2,7 p.p.) registaram os maiores decréscimos.

No que respeita ao ganho médio mensal, todos os escalões registaram variações positivas face ao ano transato. O escalão das empresas com 500 e mais trabalhadores era efetivamente aquele que auferia o valor mais elevado, com um ganho médio mensal de 1 718,10€, estando 22,1% acima da média regional e apresentando um acréscimo de 6,4%, face ao ganho médio mensal do ano anterior. Seguiu-se o escalão entre 250 e 499 trabalhadores com um ganho de 1 557,41€, posicionando-se 10,7% acima da média regional e apresentando a menor variação face a 2023, com um aumento de 2,9%. O escalão entre 100 e 249 trabalhadores posicionou-se ligeiramente abaixo da média regional (-0,6%), com um ganho de 1 398,25€, refletindo um crescimento de 4,8% em comparação com o ano anterior. Por outro, o escalão das empresas com 1 a 9 trabalhadores era aquele que possuía ganhos médios mensais mais baixos, fixando-se em 1 164,22€, fixando-se 17,2% abaixo da média regional, embora tenha registado o maior acréscimo (+7,7%) face a 2023. Destaca-se ainda o escalão entre 20 e 49 trabalhadores, que, apesar de apresentar um ganho médio 5,2% inferior à média regional, registou a segunda maior variação anual, com um acréscimo de 6,9% face ao ano anterior.

Por municípios, o maior ganho médio mensal verificou-se no Porto Moniz, no escalão das empresas com 500 ou mais trabalhadores, fixando-se em 2 442,23€. O menor ganho médio mensal registou-se igualmente no Porto Moniz, no escalão das empresas com 10 a 19 trabalhadores, com um valor de 974,29€.

A disparidade do ganho médio mensal entre escalões de pessoal das empresas tem vindo a diminuir desde 2017, com exceção de 2020, observando-se em 2024 uma disparidade de 14,4%, menos 0,6 p.p. do que em 2023 e menos 3,0 p.p. do que em 2017 (17,4%). No País, em 2024, este indicador era de 16,4%, valor igual ao observado em 2023.

Figura 12 – Disparidade no ganho médio mensal, entre escalões de pessoal da empresa, RAM e valores máximos e mínimos dos municípios, 2014-2024



10. Ganho mensal dos TCO por profissão

Maior incremento no ganho médio mensal dos “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”

Na análise da profissão principal dos TCO segundo a Classificação Portuguesa das Profissionais (CPP-10), destacaram-se os “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, que somavam 17 403 trabalhadores em 2024, correspondendo a 28,8% do total de TCO a tempo completo com remuneração completa. Seguiam-se os “Trabalhadores não qualificados” (10 062, 16,6%), o “Pessoal Administrativo” (8 308, 13,7%) e os “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (7 989, 13,2%), sendo o grupo que observou o maior crescimento (+10,4%), comparativamente a 2023. Os “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”, foram o grupo de TCO com menor expressão na RAM, totalizando apenas 465 profissionais (0,8%).

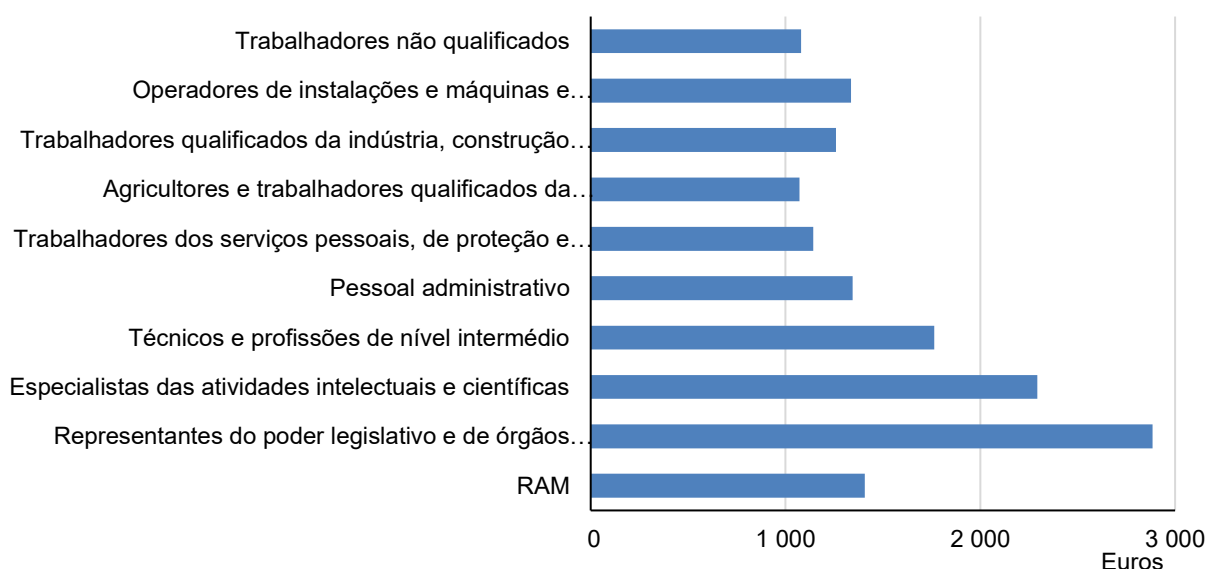
Quanto ao ganho médio mensal, o maior incremento verificou-se nos “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”, grupo que registou um aumento de 8,8% (+107,79€) face a 2023, seguido dos “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”, com um crescimento de 8,5% (+84,15€), situando-se, em 2024, os ganhos médios mensais das referidas profissões em 1 336,85€ e 1 071,74€, respetivamente. Os “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos”, apresentaram o maior ganho médio mensal, 2 884,77€, tendo este valor aumentado 6,8% (+183,99€), comparativamente ao ano anterior.

Por município, o ganho médio mais elevado registou-se na Calheta nos “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos”, fixando-se em 3 305,02€ e o mais baixo, registou-se em São Vicente, nos “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”, situando-se nos 924,23€.

Verificaram-se diferenças significativas entre os municípios no ganho médio mensal por profissão. No grupo dos “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos”, a diferença atingiu 1 529,49€, tendo-se registado ganhos médios de 1 775,53€ na Ponta do Sol e 3 305,02€ na Calheta. Por sua vez, a menor diferença de ganho médio foi de 187,93€, foi observada nos “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, cujos valores variaram entre 980,00€ no Porto Moniz e 1 167,93€ em Santa Cruz.

A disparidade do ganho médio mensal entre profissões tem vindo a diminuir nos últimos anos, passando de 39,4% em 2014 para 31,7% em 2024, o que corresponde a uma redução de 7,7 p.p.. Contudo, no último ano, apesar da tendência de decréscimo, ocorreu um ligeiro aumento de 0,1 p.p., face aos 31,6% observados em 2023. No País, em 2024, este indicador situou-se em 36,5%, refletindo um aumento de 0,2 p.p. em comparação com o ano anterior.

Figura 13 – Ganho médio mensal dos TCO, por profissão principal, 2024



11. Mudança de empresa e taxa de atração líquida

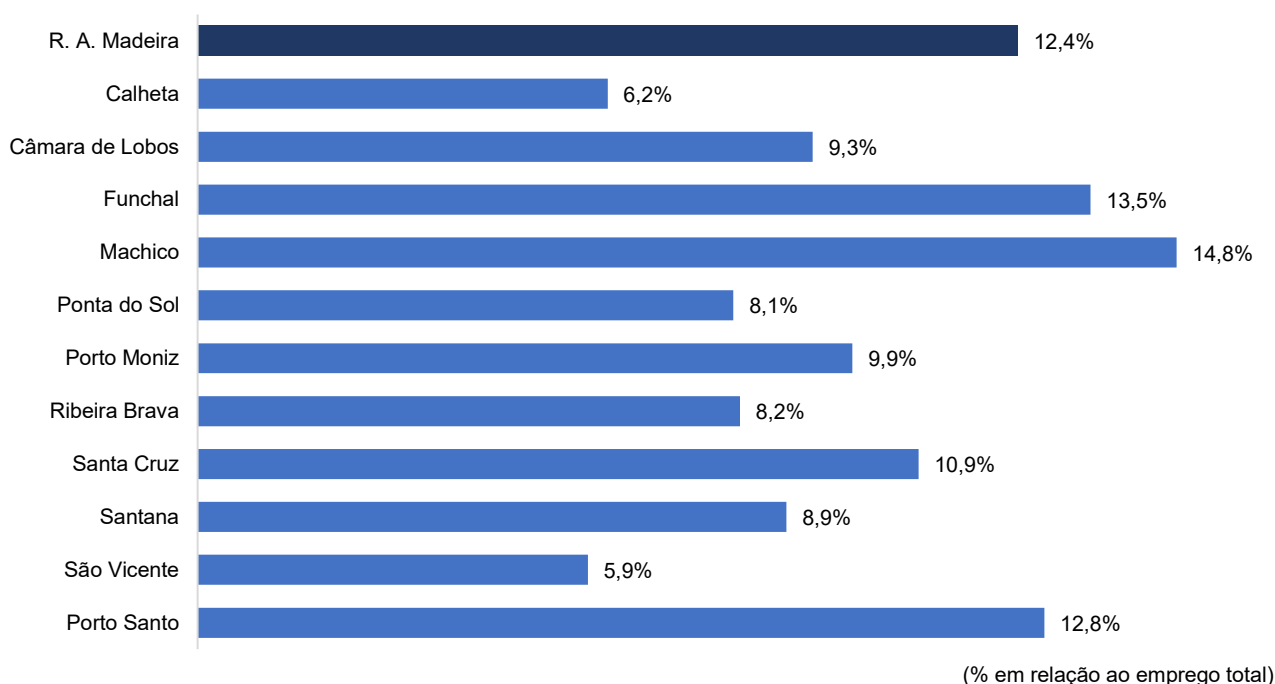
12,4% dos TCO mudaram de empresa em 2024

Porto Santo, São Vicente e Porto Moniz com taxas de atração líquida negativas

A proporção de população empregada por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa que mudou de empresa em 2024, em relação ao emprego total, foi de 12,4%, um aumento de 0,7 p.p. face ao ano anterior. Considerando as NUTS II, apenas a RAA, a região Centro e o Norte apresentaram uma proporção inferior à da RAM, apresentando, respetivamente, taxas de 10,4%, 11,4% e de 11,9%. O Algarve foi a região que apresentou a maior proporção, com 18,0% de população empregada a mudar de empresa, bem acima da média nacional que foi de 13,0%.

Os municípios de Machico, Funchal e Porto Santo superaram a média regional da proporção de população empregada por conta de outrem que mudou de empresa, registando 14,8%, 13,5% e 12,8%, respetivamente. O município de São Vicente foi o que apresentou a menor proporção, com 5,9%.

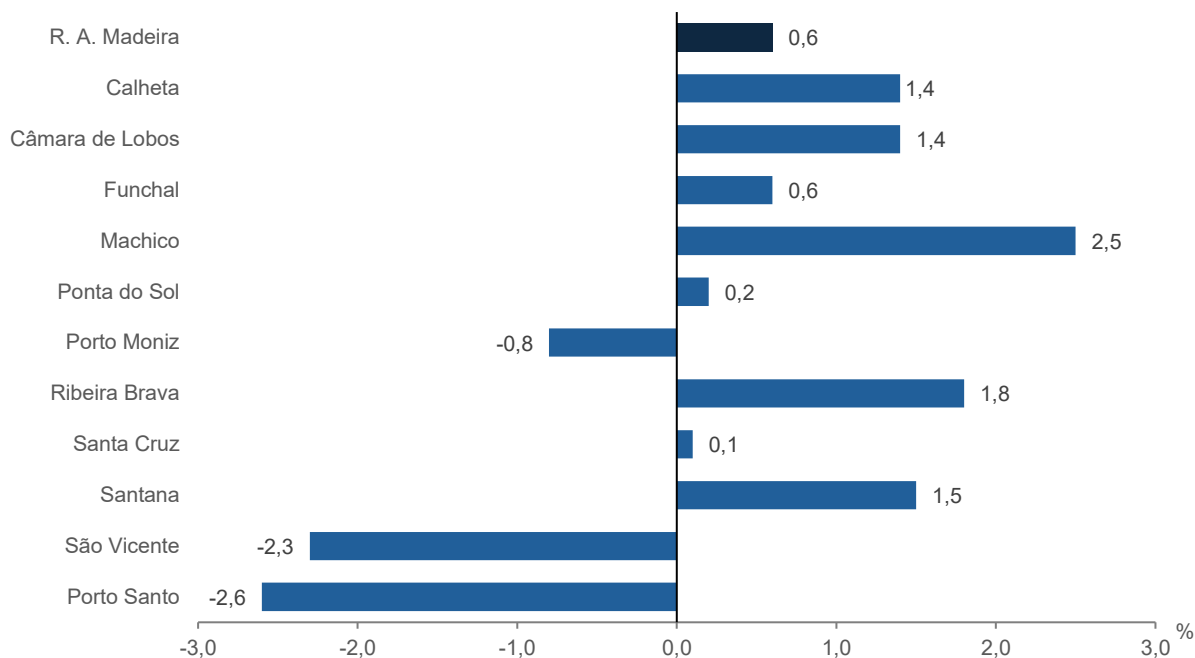
Figura 14 – População empregada por conta de outrem que mudou de empresa, RAM e municípios, 2024



A taxa de atração líquida em 2024, isto é, a razão entre a diferença entre os fluxos de entrada e de saída de TCO entre o ano 2023 e 2024 e o número médio de trabalhadores por conta de outrem no mesmo período, foi positiva na maioria dos municípios da RAM, exceto no Porto Santo, São Vicente e Porto Moniz, que registaram taxas de -2,6%, -2,3% e -0,8%, respetivamente. O município de Machico apresentou a taxa mais

alta, de 2,5%, situando-se 1,9 p.p. acima da taxa de atração líquida regional, a qual se fixou em 0,6% em 2024.

Figura 15 – Taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem, RAM e municípios, 2024



A nível nacional, a taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem foi negativa no Alentejo (-1,0%), na RAA (-0,4%) e na Grande Lisboa (-0,3%). Em contraste, registou-se o valor mais elevado no Algarve (+0,7%), seguido da RAM (+0,6%), do Centro (+0,4%) e da Região de Oeste e Vale do Tejo (+0,4%).

NOTA METODOLÓGICA

A operação estatística Quadros de Pessoal (Anexo A do Relatório Único) é da responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), sendo que na Região Autónoma da Madeira (RAM) a execução desta operação estatística tem a colaboração da Direção Regional do Trabalho (DRT).

É uma operação do tipo recenseamento, que tem como âmbito geográfico o País (Continente e Regiões Autónomas) e como período de referência o mês de outubro de cada ano. Esta operação resulta de um aproveitamento administrativo de normas legais que estabelecem a obrigatoriedade da entrega do quadro de pessoal a todas as entidades com trabalhadores ao seu serviço. Constituem exceção a esta obrigatoriedade de reporte a administração central, regional e local e os institutos públicos (sendo para estas entidades apenas aplicável relativamente aos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho) e a empregadores de trabalhadores de serviço doméstico.

Os dados apresentados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa e a desagregação geográfica apresentada é referente ao local de trabalho dos trabalhadores, i.e., a referência da informação tem por base o estabelecimento de trabalho.

Para efeitos de apresentação de resultados considera-se, para cada estrato, um número mínimo de 33 observações.

Métricas utilizadas

Média: Corresponde à soma dos valores de um conjunto de dados, dividida pelo número de valores desse conjunto.

Mediana: Valor que separa em duas partes iguais o conjunto ordenado de dados.

Quartil: Valores que dividem em 4 partes o conjunto ordenado de dados.

Amplitude interquartil: Medida de dispersão que corresponde à diferença entre o valor do 3.º quartil e do 1.º quartil.

CONCEITOS

Duração habitual de trabalho: Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Estabelecimento: Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Ganho: Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Setores de alta e média-alta tecnologia: Os setores de alta e média-alta tecnologia correspondem as indústrias de alta tecnologia, indústrias de média-alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

As indústrias de alta tecnologia compreendem as empresas classificadas nas divisões 21 (Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas), 26 (Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos) e grupo 303 (Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado) da CAE Rev.3.

As indústrias de média-alta tecnologia compreendem as empresas classificadas nas divisões 20 (Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos), 27 (Fabricação de equipamento elétrico), 28 (Fabricação de máquinas e de equipamentos) e 29 (Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis) e grupos 254 (Fabricação de armas e munições), 302 (Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro), 304 (Fabricação de veículos militares de combate), 309 (Fabricação de equipamento de transporte) e 325 (Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico) da CAE Rev.3.

Os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia compreendem as empresas classificadas nas divisões 59 (Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música), 60 (Atividades de rádio e de televisão), 61 (Telecomunicações), 62 (Consultoria e programação informática e atividades relacionadas), 63 (Atividades dos serviços de informação) e 72 (Atividades de investigação científica e de desenvolvimento) da CAE Rev.3.

Nota: A aplicação da classificação teve por base a atividade principal do estabelecimento.

Situação na profissão: Relação de dependência ou independência de um indivíduo ativo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Trabalhador a tempo completo: Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada. Trabalhador por conta de outrem: Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.